

Afirmção de Archer irrita Sarney e pode deflagrar crise

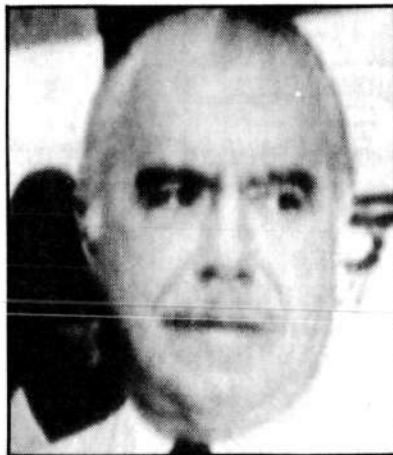
JUAZEIRO DO NORTE, CE — As declarações do Ministro Renato Archer de que a Previdência Social tem condições de arcar com os novos custos financeiros votados pela Constituinte irritaram o Presidente José Sarney, que fez ontem um desafo a dois integrantes da comitiva que o acompanhou a Juazeiro do Norte: "Não foi isso o que ele disse na reunião que tivemos". Sarney, segundo os dois interlocutores, vai cobrar explicações de Archer.

A afirmação do Ministro Archer foi analisada por assessores do Presidente como o início de uma crise no Governo, pois vem agravar as relações entre o Planalto e a Constituinte, após as recentes críticas feitas pelo Governo à nova Carta. Para o Ministro do Interior, João Alves, Archer entrou em "rota de colisão com o Presidente". Esta é também a opinião do Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos fundadores do Centrão, que integrava a comitiva.

O Primeiro Vice-Presidente da Constituinte, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), não teve oportunidade de conversar com Sarney sobre o assunto durante a viagem ao Ceará. Mas defendeu a posição de Renato Archer, fazendo uma crítica ao Governo.

— O Ministro Renato Archer não pode sustentar a pregação de um ceticismo exagerado — afirmou.

A declaração do Ministro, na avaliação de interlocutores do Presidente Sarney, foi inoportuna porque contesta a tese que o Planalto vem sustentando de que a Constituinte inviabiliza economicamente o País e o torna ingovernável. Alguns inte-



Sarney: "Ele não me disse isso"

grantes da comitiva lembraram que o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu está para entregar ao Presidente Sarney o levantamento dos custos que as decisões da Constituinte representarão para a União.

— Exatamente neste momento o Ministro Archer se sai com essa afirmação — comentou um assessor presidencial.

Segundo fontes próximas ao Presidente, o choque das declarações do Ministro com a posição do Governo torna grave a situação. Experiente político, Renato Archer, de acordo com essas avaliações, não ignorava as possíveis consequências de suas afirmações.

O Deputado Expedito Machado completou:

— O pior é que a informação está errada. A Previdência está realmente inviabilizada com as determinações da Constituinte.

O primeiro —

A PRIMEIRA emenda a ser protocolada na Constituinte, para a etapa final dos trabalhos, é a que, se aprovada, tornará possível a desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária.

A QUE servirá isso? O País tem, certamente, propriedades improdutivas em quantidade suficiente para muitos anos de reforma agrária. Por outro lado, o fantasma da de-

sapropriação indiscriminada líquida com um poderoso estímulo à produção agrícola.

FOI COM sacrifício de seus assessores — que fizeram uma vigília de 30 horas — que o Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim, garantiu a pole position para sua infeliz idéia.

ELE, assim, saiu na frente numa corrida para trás.

Para Lourenço, uma irresponsabilidade

BRASÍLIA — O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, qualificou de mentirosa e irresponsável a afirmação do Ministro Renato Archer de que a Previdência Social não sofrerá impacto com a criação de novos encargos decididos pela Constituinte. Já o Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim, reafirmou que a nova estrutura da Previdência é perfeitamente viável, porque recebeu novas fontes de receita.

— Fico com os números do Ministério do Planejamento, um homem seguro daquilo que afirma — comentou Lourenço.

De acordo com esses números, o déficit da Previdência, sem o aumento de encargos, já está em 1,8% do PIB (Produto Interno Bruto). Para cobrir as novas despesas, segundo Lourenço, a Previdência terá que absorver CZ\$ 226 bilhões do PIS-Pasep

e mais CZ\$ 454 bilhões do Finsocial, através do desvio de recursos destinados à merenda escolar.

— E a merenda, quem vai pagar? Eu não consigo conviver com a mentira e a irresponsabilidade — desabafou.

Nelson Jobim afirma, no entanto, que o texto constitucional garante o tempo necessário para a cobertura dos novos benefícios, pois terá que ser elaborada uma legislação especial. Apenas a atualização das aposentadorias será feita em sete meses, ficando os demais benefícios para serem aplicados dentro de dois anos.

— A Previdência será um organismo novo, com orçamento e recursos próprios. O texto da Previdência foi o único que conseguiu aprovação unânime do plenário. Todo o PFL, inclusive o Lourenço, votou nele.